

São necessárias mais medidas

Os eurodeputados reclamam ao **Conselho mais medidas para responder à crise de migração e refugiados**, no debate dedicado às conclusões da reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo de setembro de 2015.

ver pág. 3

Proteger a origem

Os produtos não agrícolas, como artesanato, bordados e cerâmica, devem beneficiar de um sistema europeu de proteção das indicações geográficas (IG), como já acontece para os produtos agrícolas.

Carlos Coelho disse: *“Em Portugal será o caso, entre outros, dos tapetes de Arraiolos ou dos Lenços dos Namorados do Minho tão bem defendidos pelo deputado José Manuel Fernandes”.*

ver pág. 5

Caso Volkswagen

Os eurodeputados querem saber quais as medidas que a UE está a tomar para investigar o **falseamento dos testes de emissões e para evitar estas situações no futuro**. É urgente melhorar os ensaios de emissões, de modo a refletir melhor as condições reais de utilização dos veículos.

ver pág. 7

em destaque:

Hollande e Merkel no PE

A situação atual na União Europeia e os desafios a enfrentar em conjunto, como em matéria de migração, estiveram em destaque num debate entre o Presidente francês, **François Hollande**, a chanceler alemã, **Angela Merkel**, e os líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu, repetindo uma anterior iniciativa realizada há anos por François Mitterrand e Helmut Kohl.

A visita de François Hollande e de Angela Merkel é *“um símbolo da reconciliação franco-alemã e da unidade europeia”*, disse o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz. *“Quando a cooperação franco-alemã não funciona, toda a Europa sofre. Quando, em situações de crise, chegam a um bom compromisso, isso é benéfico para todos os parceiros e para toda a UE”*, afirmou.

François Hollande

A tentação dos países europeus de se *“fecharem em si mesmos”* condena a Europa à *“impotência”*, disse o Presidente francês. François Hollande apelou a uma Europa *“ofensiva”*, que seja capaz de *“reafirmar os princípios simples e claros da solidariedade, da responsabilidade e da firmeza”*. Firmeza face à *“violação brutal do direito internacional”* na Ucrânia. Responsabilidade contra o terrorismo, *“que ameaça a alma do nosso continente”*. Solidariedade para com os refugiados, defendeu o Presidente gaulês.

Angela Merkel

“O grande número de refugiados representa um teste de dimensões históricas. É um desafio para a Europa e para o resto do mundo assegurar que estes seres humanos possam ter uma vida digna nos seus países”, disse a chanceler alemã durante o seu discurso.

“Devemos resistir à tentação de retroceder, de agir à escala nacional. Este é o momento em que precisamos de mais Europa. A Alemanha e a França estão prontas. Apenas agindo em conjunto pode a Europa contribuir para a redução das causas da fuga e das expulsões”.

ver pág. 9

Índice

Crise de migração e refugiados: eurodeputados urgem Estados-Membros a tomar mais medidas.....	3
Parlamento Europeu quer indicações geográficas para produtos não agrícolas e tradicionais.....	5
Parlamento Europeu debate fraude nas emissões da Volkswagen e de outros fabricantes de automóveis	7
Crise refugiados: Rei Felipe de Espanha pede “generosidade, solidariedade e responsabilidade”	8
François Hollande e Angela Merkel enfrentam eurodeputados.....	9
Parlamento Europeu aprova novas regras para pagamentos online mais seguros e inovadores.....	11
Ordem do dia da sessão.....	13

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Crise de migração e refugiados: eurodeputados urgem Estados-Membros a tomar mais medidas

Os eurodeputados urgiram os governos da UE a tomar mais medidas para responder à crise de migração e refugiados, durante um debate em plenária. O debate era dedicado às conclusões da reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo de 23 de setembro de 2015, quando os Estados-Membros acordaram em aumentar o financiamento e a assistência aos países da UE da primeira linha, países vizinhos e agências que lidam com a crise de refugiados.

“Centenas de milhares de refugiados vêm para a Europa, porque sabem que a nossa comunidade é a mais aberta e tolerante”, afirmou o presidente do Conselho Europeu Donald Tusk. “Temos a obrigação de ajudar os refugiados e de proteger as fronteiras externas da UE”, sublinhou, acrescentando que “a restauração do controlo das fronteiras externas da União Europeia é condição sine qua non de uma política migratória, eficaz, humanitária e segura”.

“Não podemos olhar apenas para dentro. Temos que assegurar que lidamos com os assuntos que nos afetam na periferia da Europa. A Turquia e a União Europeia têm que trabalhar juntos. Temos que ver como podemos ajudar as pessoas desafortunadas que chegam à nossa costa”, afirmou o presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker, que agradeceu ainda ao Parlamento por “ter dado luz verde a uma distribuição justa dos refugiados”. Esta decisão, explicou, mostrou o caminho a tomar pelos governos: “poderiam imaginar que o Conselho Europeu pudesse ter cancelado uma decisão tomada pelo Parlamento?”

“As pessoas têm uma sensação de incerteza relativamente à crise de migração. Precisamos de mostrar que temos respostas. [...] Não precisamos de novas ideias, precisamos de implementar as ideias que já temos, e é isso que está a faltar,” afirmou Manfred Weber (PPE, Alemanha).

Gianni Pittella (S&D, Itália): *“Muros, egoísmos e ódio, tudo isto é negativo e mostra que não conseguimos gerir e resolver problemas. Avancemos e não ponhamos em causa a alma ou mesmo o futuro da Europa.”*

Ryszard Antoni Legutko (ECR, Polónia) afirmou que a UE necessita de um objetivo de longo prazo. *“O que é que queremos atingir? O Conselho mencionou critérios culturais e sociais que devem ser tidos em conta nas nossas políticas de imigração. Penso que faz sentido. Receio, no entanto, que os europeus tenham um sistema de tabus e inibições tal sobre a questão da imigração que não haja muita esperança para um debate racional”, afirmou.*

Guy Verhofstadt (ALDE, Bélgica) pediu aos governos para enfrentar a crise de refugiados. *“Somos nós que sofremos com as consequências. Não é a Rússia ou os americanos. Não estamos a tomar nenhuma medida a nível europeu. Até temos três opiniões diferentes no Conselho. Tomemos a iniciativa.”*

*"Estamos a ser hipócritas. A política europeia de ação externa dos últimos 15 anos não ajudou a resolver guerras ou crises. Não é suficiente gastar mais dinheiro", afirmou **Pablo Iglesias** (CEUE/EVN, Espanha).*

Para **Philippe Lamberts** (Verdes/ALE, Bélgica) *"os ditadores e aqueles que não recebem nenhuns refugiados não nos podem dar lições de democracia".* Citando alguns números, Lamberts lembrou que a UE representa 23,7% do RNB mundial e que os 160 000 refugiados que o Conselho decidiu relocalizar constituem apenas 0,2 % dos refugiados a nível mundial. *"Penso que a UE pode fazer mais",* concluiu.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD, Itália) afirmou que a abordagem dos países da UE para a crise é *"o sinal de uma crise interna (...) que dá origem a barreiras internas e ameaça a estabilidade e solidariedade entre todos nós".*

Louis Aliot (ENF, França): *"Sim, precisamos de ajudar os países na linha da frente, os nossos amigos italianos e húngaros. Mas ponhamos fim à estigmatização de Orbán na Hungria, que está a fazer o melhor que pode para enfrentar a crise."*

Konstantinos Papadakis (Não-inscrito, Grécia): *"Os refugiados e os migrantes devem ser transportados dos seus pontos de entrada para os seus destinos finais pela União Europeia e Nações Unidas."*

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Ana Gomes (S&D) *"Não, Presidente Tusk, a fortaleza Europa que parece querer não vai proteger os europeus. Os governos no Conselho estão há muito tempo em negação e por isso falham no acolhimento solidário ao afluxo de refugiados, adiam a abertura de vias legais e seguras, para não continuarmos a alimentar o negócio dos traficantes, e falham no combate político, ideológico, diplomático e militar. Há causas da crise, há guerra na Síria, caos na Líbia, o Estado Islâmico em expansão. Julgam agora que podem conter o êxodo despejando baldes de dinheiro na vizinhança em vez de ao menos garantirem que há escolas para crianças e jovens nos campos de refugiados. Estão a enganar os europeus com reações nacionalistas que fragmentam a União e impedem a ação interna e externa coordenada, violam os princípios e valores da União, e fazem o jogo dos terroristas que querem arrasar a democracia e os direitos humanos. Os desafios com que estamos confrontados só se vencem com convergência estratégica, partilha e sinergias de recursos e de capacidades, política externa e de segurança e defesa comuns. Parem de as boicotar no Conselho. Precisamos de mais união e não de mais muros".*

Parlamento Europeu quer indicações geográficas para produtos não agrícolas e tradicionais

Os produtos não agrícolas, como artesanato, bordados e cerâmica, devem beneficiar de um sistema europeu de proteção das indicações geográficas (IG), como já acontece para os produtos agrícolas, diz um relatório hoje aprovado pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados querem que a UE adote legislação neste sentido. Numa lista de produtos que poderiam eventualmente beneficiar das IG encontram-se os tapetes de Arraiolos e os lenços de namorados do Minho, entre outros.

Para o Parlamento Europeu, *"seria altamente recomendável que a UE adotasse legislação em matéria de IG não agrícolas, tendo em vista explorar plenamente os efeitos económicos positivos da proteção das características distintivas e da qualidade destes produtos, prestar aos consumidores informação fidedigna sobre o local e o método de produção e preservar os conhecimentos e os empregos com aqueles relacionados"*.

As novas regras poderiam promover a inovação nos processos de produção tradicionais e a criação de novas empresas no setor dos produtos tradicionais, contribuindo também para a sustentabilidade dos postos de trabalho criados em zonas pouco desenvolvidas e para o turismo, diz o relatório, aprovado por 608 votos a favor, 43 contra e 43 abstenções.

As pequenas e microempresas são responsáveis por cerca de 80 % dos produtos locais típicos que podem ser protegidos pelo sistema da indicação geográfica.

Uma legislação europeia harmonizada nesta matéria poderá também ser benéfica para combater a contrafação e em negociações comerciais na cena internacional, salientam os eurodeputados.

Atualmente, as legislações nacionais existentes em matéria de proteção dos produtos não agrícolas redundam em diferentes graus de proteção nos países da UE, situação não conforme com os objetivos do mercado interno e que está a dificultar a sua proteção eficaz na Europa e nos Estados-Membros onde não estão abrangidos pela legislação nacional.

Registo de uma IG

Os produtores, as suas associações e as câmaras de comércio devem ser os principais intervenientes autorizados a solicitar o registo de uma IG de produtos não agrícolas, diz o Parlamento Europeu. A Comissão deve propor um mecanismo *"eficiente, simples, útil e acessível"* para o registo dos produtos e proceder a uma avaliação exaustiva para minimizar os encargos financeiros e as formalidades administrativas, acrescenta o PE.

Exemplo de produtos que poderiam eventualmente beneficiar do sistema IG

Um estudo encomendado pela Comissão Europeia inclui uma lista de produtos, por Estado-Membro, que poderiam eventualmente beneficiar do sistema de proteção IG. Os produtos portugueses identificados nesse estudo são:

- Artesanato dos Açores
- Barro Preto de Olho Marinho
- Bordado de Guimarães
- Bordados da Madeira
- Bordados de Castelo Branco
- Bordados de Viana do Castelo
- Cerâmica criativa de Coimbra
- Faiança Artística de Coimbra ou Louça de Coimbra
- Ferro forjado de Coimbra
- Lenços de Namorados do Minho
- Mantas de Lã de Mértola
- Máscara de Vinhais
- Palitos Floridos e pequenos artefactos de madeira de Vila Nova de Poiares
- Renda de Bilros de Peniche
- Tapetes de Arraiolos
- Tecelagem de Almalaguês

Intervenção de Eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Diversos produtos agrícolas (pela origem ou produção por métodos tradicionais) beneficiam de uma proteção das indicações geográficas na UE. É desejável que essa proteção seja alargada a produtos não agrícolas e tradicionais como o artesanato, os bordados e a cerâmica, que atualmente não dispõem de um sistema de proteção unitário, gozando de diferentes níveis de proteção nos Estados-Membros. Em Portugal será o caso, entre outros, dos tapetes de Arraiolos ou dos Lenços dos Namorados do Minho tão bem defendidos pelo deputado José Manuel Fernandes.*

Apoio totalmente o relatório da colega Rozière por considerar vital a proteção destes produtos tradicionais de qualidade baseados em saber-fazer e técnicas tradicionais que fazem parte do património cultural da UE e que geram atividades diretamente relacionadas com modos de vida locais, especialmente nas zonas rurais, ajudando a aumentar a atratividade dessas zonas, a preservar as identidades locais e promover a sua especificidade, com benefícios para o turismo, a cultura, o emprego e o comércio. Para além do potencial económico e da proteção dos respetivos postos de trabalho, sublinho os benefícios para os cidadãos e consumidores que ficam mais protegidos e aumentam a sua confiança nesses produtos.

Convido a Comissão Europeia a apresentar rapidamente a proposta legislativa que crie este sistema".

Fraude nas emissões dos automóveis compromete reputação do setor, dizem eurodeputados

Os eurodeputados debateram a fraude nas emissões da Volkswagen e de outros fabricantes de automóveis com a comissária europeia Elżbieta Bienkowska. Os parlamentares questionaram o executivo comunitário sobre as medidas que está a tomar para investigar o falseamento dos testes de emissões e para evitar estas situações no futuro. Os deputados salientaram a necessidade de melhorar os ensaios de emissões, de modo a refletir melhor as condições reais de utilização dos veículos.

O Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre este assunto na sessão plenária de 26 a 29 de outubro.

Contexto

Em 18 de setembro de 2015, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) emitiu um aviso de violação dos limites de emissões contra a Volkswagen. A EPA e o Californian Air Resources Board (CARB) analisaram diversos modelos de automóveis com motores diesel produzidos pela Volkswagen e recolheram provas de que, ao circularem, os veículos poluíam até 40 vezes mais do que o permitido pelas normas. A Volkswagen admitiu, posteriormente, ter falseado os testes de emissões de motores diesel no mercado dos Estados Unidos, através da utilização sistemática de «dispositivos manipuladores», que deturpam os resultados dos ensaios de emissões de óxidos de azoto (NOx) e que são explicitamente proibidos pelo Regulamento (CE) n.º 715/2007.

Tendo em conta a importância da proteção dos cidadãos, da sua saúde e da qualidade do ar, assim como da confiança dos consumidores e da confiança nas normas e nos mecanismos de homologação utilizados na Europa, os eurodeputados querem que sejam prestadas informações para avaliar se os regimes de ensaio europeus também foram negativamente afetados por estas manipulações.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

José Inácio Faria (ALDE) *“Senhor Presidente, um grupo de gestores da maior empresa automóvel do mundo, o grupo Volkswagen, decidiu arrasar a mais importante premissa que existe em qualquer área do negócio: a confiança. Mais de onze milhões de veículos foram intencionalmente adulterados no mundo inteiro, com um software destinado a falsear os testes de emissões de gases para a atmosfera. A Volkswagen perpetrou uma fraude de consequências catastróficas para o setor automóvel globalmente. Milhões de clientes que procuravam carros mais amigos do ambiente foram burlados. Estados que atribuíram incentivos fiscais para aquisição de carros menos poluentes foram burlados. E dezenas de milhares de trabalhadores do grupo Volkswagen podem ver agora em perigo os seus postos de trabalho. Deixar nas mãos de um setor a sua própria fiscalização é um risco. Hoje deparamo-nos,*

mais uma vez, com o resultado. Podemos estar perante uma nova caixa de Pandora no que se refere ao setor automóvel e levantar questões graves de credibilidade em outros setores industriais europeus. Há que apurar responsabilidades pelos crimes ambientais e de saúde pública que foram cometidos. Há que ressarcir e assegurar os interesses dos consumidores europeus e repor a confiança nos mercados. Importa perguntar à Comissão Europeia que medidas irá tomar para repor a verdade nos testes de emissão e saber, acima de tudo, o que fará para melhor fiscalizar a implementação da legislação europeia”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, o falseamento dos testes de emissões levados a cabo pela Volkswagen constitui uma agressão de grande impacto que vai muito além da componente ambiental. Uma doença do século XXI onde a fé excessiva na tecnologia e a denegação corporativa do aquecimento global, movido muitas vezes pela procura fácil do lucro, faz com que a responsabilidade ambiental de empresas se reduza, muitas vezes, a ações de publicidade e imagem. Este é um aviso sério e exige olhar com detalhe para as grandes corporações onde os interesses económicos, fáceis e imediatos valem a omissão, a máscara e até a mentira.*

Além disso, este comportamento tem um potencial de contágio a outros setores, podendo contribuir para a descrença dos consumidores nos esforços desenvolvidos pelos reguladores e marcas no sentido de diminuir a pegada ecológica. Trata-se de um comportamento que pode colocar em causa a confiança dos cidadãos do mundo em relação a todo o setor automóvel europeu. Exige-se uma reflexão profunda de como foi possível detetar esta fraude nos Estados Unidos da América e não na Europa. O que aconteceu?”

Crise refugiados: Rei Felipe de Espanha pede “generosidade, solidariedade e responsabilidade”

A União Europeia deve responder com "generosidade, solidariedade e responsabilidade" à atual crise de refugiados, afirmou Felipe VI de Espanha durante a sua intervenção na sessão plenária. “Gostaria que a Espanha continuasse a contribuir para o sucesso da Europa com a sua paixão e as suas ideias”, afirmou Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu durante o discurso de boas-vindas.

O Rei Felipe VI sublinhou o sofrimento extremo dos *“que procuram a Europa para fugir à violência e ao fanatismo”*. Sublinhou que *“centenas de milhares de refugiados olham para a União Europeia como uma zona de paz, prosperidade e justiça”*. *“Não os podemos desapontar”*, afirmou.

“O Parlamento Europeu pode contar com uma Espanha leal ao projeto europeu; uma Espanha unida, orgulhosa da sua diversidade, uma Espanha solidária que respeita o Estado de Direito”, acrescentou, sublinhando a importância do Parlamento na integração europeia. “Confiemos na Europa, confiemos em nós próprios”, concluiu.

O Rei Felipe VI discursou pela primeira vez em sessão plenária, mas já tinha realizado uma visita de trabalho ao Parlamento Europeu em abril. O pai, o Rei Juan Carlos I discursou duas vezes no Parlamento: em 1986 (meses após a adesão da Espanha às Comunidades Europeias) e em 1989.

François Hollande e Angela Merkel enfrentam eurodeputados

A situação atual na União Europeia e os desafios a enfrentar em conjunto, como em matéria de migração, estiveram em destaque num debate entre o Presidente francês, François Hollande, a chanceler alemã, Angela Merkel, e os líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu.

A visita de François Hollande e de Angela Merkel é "*um símbolo da reconciliação franco-alemã e da unidade europeia*", disse o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz. "*Quando a cooperação franco-alemã não funciona, toda a Europa sofre. Quando, em situações de crise, chegam a um bom compromisso, isso é benéfico para todos os parceiros e para toda a UE*", afirmou.

François Hollande

A tentação dos países europeus de se "*fecharem em si mesmos*" condena a Europa à "*impotência*", disse o Presidente francês. François Hollande apelou a uma Europa "*ofensiva*", que seja capaz de "*reafirmar os princípios simples e claros da solidariedade, da responsabilidade e da firmeza*". Firmeza face à "*violação brutal do direito internacional*" na Ucrânia. *Responsabilidade contra o terrorismo, "que ameaça a alma do nosso continente"*. Solidariedade para com os refugiados, defendeu o Presidente gaulês.

"*Face a estes desafios, estou convencido de que, se não avançarmos mais rumo à integração, iremos parar ou retroceder*", afirmou Hollande, propondo "*uma consolidação da zona euro*" para coordenar as políticas e promover a convergência orçamental, o investimento, a política fiscal e social. "*Serão necessárias escolhas institucionais*", acrescentou.

Angela Merkel

"*O grande número de refugiados representa um teste de dimensões históricas. É um desafio para a Europa e para o resto do mundo assegurar que estes seres humanos possam ter uma vida digna nos seus países*", disse a chanceler alemã durante o seu discurso.

"*Devemos resistir à tentação de retroceder, de agir à escala nacional. Este é o momento em que precisamos de mais Europa. A Alemanha e a França estão prontas. Apenas agindo em conjunto pode a Europa contribuir para a redução das causas da fuga e das expulsões*", disse Angela Merkel. "*Apenas poderemos proteger as nossas*

fronteiras externas com sucesso se fizermos algo para resolver as numerosas crises na nossa vizinhança", acrescentou. Merkel destacou ainda o papel importante da Turquia, os programas de repatriamento, e afirmou que "o sistema de Dublin, na sua forma atual, está obsoleto".

Grupos políticos

Manfred Weber (PPE, DE): *"Esta é uma declaração da amizade franco-alemã, da responsabilidade demonstrada pelas duas nações e das perspetivas futuras; uma declaração de que a França e a Alemanha vão continuar a ver o seu futuro numa Europa democrática nas próximas décadas".*

Gianni Pittella (S&D, IT): *"Precisamos de um recomeço, de uma nova visão, de um novo projeto político que dê um sentido à União e que tenha por protagonistas todos os Estados-Membros. É necessário que a Europa seja mais democrática, com uma reforma da união económica e monetária que reforce o papel do Parlamento Europeu".*

Antoni Legutko (ECR, PL): *"Não pensam que o facto de um ou dois países decidirem pelo resto é parte do problema? Há uma confusão entre liderança e dominação".*

Guy Verhofstadt (ALDE, BE): *"Estas crises múltiplas colocam a própria existência do projeto europeu em perigo. O que acontecerá amanhã se o euro desaparecer? E se Schengen se desintegrar? O que nos resta? Nada mais do que uma confederações de Estados nação. Fracos economicamente e insignificantes no palco mundial".*

Gabriele Zimmer (CEUE/EVN, DE): *"Os vossos discursos deveriam encorajar. Mencionaram muitos pontos importantes, mas os vossos discursos carecem de perspetivas para mais democracia e para uma união social no interior da UE. É um défice enorme. Peço-vos que enfrentem este desafio".*

Rebecca Harms (Verdes/ALE, DE): *"Devemos repensar a nossa política em relação aos refugiados. Ela não pode apenas centrar-se na militarização das nossas fronteiras externas. Convém cooperar com Erdoğan, mas não se não lhe dissermos também que a sua escalada contra os curdos apenas agrava a situação".*

Nigel Farage (EFDD, UK): *"Quando Kohl e Mitterrand representaram aqui os seus países, tratava-se de uma parceria entre iguais. Não o é mais. A França está agora diminuída, presa dentro de uma moeda. É uma ironia que um projeto destinado a conter o poderio alemão nos tenha dado uma Europa totalmente dominada pela Alemanha".*

Marine Le Pen (ENL, FR): *"O Presidente da República é o guardião da Constituição francesa. Não deve submeter-se a uma política decidida em Berlim, Bruxelas ou Washington, mas defender a nossa soberania. No entanto, não é isso que faz. Pelo contrário. Quando, num gesto totalmente irresponsável, a chanceler Merkel diz que devemos acolher milhares de migrantes, o senhor [Hollande] aplaude. Quando, um pouco mais tarde, ela fecha as fronteiras, continua aplaudindo".*

Parlamento Europeu aprova novas regras para pagamentos online mais seguros e inovadores

O Parlamento Europeu aprovou novas regras para facilitar e tornar mais segura a utilização de serviços de pagamento pela Internet ou por telemóvel. A diretiva sobre os serviços de pagamento no mercado interno visa reforçar a segurança das operações em linha, proteger os consumidores contra a fraude ou incidentes de pagamento, abranger novos prestadores e incentivar o desenvolvimento de serviços inovadores.

Com a expansão do comércio eletrónico, é necessário atualizar as regras sobre os pagamentos com vista a promover a segurança, a concorrência e a inovação. A descida dos custos e um maior leque de escolha para os utilizadores são alguns dos benefícios apontados.

"O mercado de serviços de pagamento na UE continua fragmentado e oneroso, com um custo de 130 mil milhões de euros por ano, um valor superior a 1% do PIB da UE. A economia europeia não pode suportar estes custos, se quiser ser competitiva a nível global", disse o relator do Parlamento Europeu, Antonio Tajani (PPE, IT). O eurodeputado afirma que este novo quadro regulamentar "vai reduzir os custos, melhorar a segurança dos pagamentos e facilitar o aparecimento de novos prestadores e de métodos de pagamento pela Internet e por telemóvel inovadores".

A diretiva hoje aprovada pelo Parlamento Europeu, já acordada com o Conselho de Ministros da UE, estabelece regras de acesso à conta bancária em caso de serviços de iniciação do pagamento (serviços entre o comerciante e o banco do comprador que permitem a realização de pagamentos eletrónicos sem a utilização de cartão de crédito), disposições sobre os encargos faturados pelos prestadores e normas sobre a responsabilidade do ordenante por operações de pagamento não autorizadas.

O texto estabelece ainda requisitos para assegurar que são prestadas aos utilizadores as *"informações necessárias, suficientes e compreensíveis"* sobre o contrato do serviço de pagamento e as operações de pagamento.

Maior leque de escolha para efetuar pagamentos

As novas regras serão também aplicáveis aos terceiros prestadores de serviços, que representam uma alternativa frequentemente menos onerosa aos cartões de pagamento. Uma pessoa que tenha uma conta bancária online poderá recorrer aos *"serviços de iniciação de pagamentos"* destes terceiros prestadores para efetuar pagamentos ou compras através da Internet.

"Esses serviços oferecem uma solução pouco onerosa tanto aos comerciantes como aos consumidores e dão aos consumidores uma possibilidade de efetuarem compras em linha, mesmo que não disponham de cartões de pagamento", diz o texto aprovado pelo PE.

Informação mais clara para os consumidores

Os utilizadores de serviços de pagamento online deverão receber informações claras sobre, por exemplo, os encargos a pagar, o prazo máximo de execução do serviço de pagamento, o contacto do prestador de serviços de iniciação do pagamento e, se for caso disso, a taxa de câmbio aplicável.

Em caso de operações de pagamento não autorizadas devido a furto, perda ou apropriação abusiva de um instrumento de pagamento, o consumidor não deverá ser obrigado a suportar mais de 50 euros (face a 150 euros atualmente).

A resolução legislativa foi aprovada por 578 votos a favor, 29 contra e 52 abstenções.

O relator do Parlamento Europeu sobre esta proposta na legislatura anterior foi o antigo eurodeputado português Diogo Feio (PPE).

Intervenção de eurodeputados portugueses

Carlos Coelho (PPE) *"Apoio o Relatório Tajani por considerar que esta proposta relativa aos serviços de pagamento no mercado interno vem definir um quadro legal harmonizado para estabelecer um mercado integrado de pagamentos mais justo e seguro para os utilizadores.*

Com as novas regras, acordadas já com o Conselho, reforçam-se, por um lado, a segurança das operações em linha (serviços de pagamento pela Internet ou por telemóvel), protegendo, por outro lado, os consumidores europeus de situações fraudulentas ou de incidentes de pagamento.

Aplaudo as disposições que tornam mais clara a informação aos consumidores, como, por exemplo, os encargos a pagar, o prazo máximo de execução do serviço de pagamento, o contacto do prestador de serviços de iniciação do pagamento e a taxa de câmbio aplicável, nos serviços de pagamento online .

De ressaltar a eliminação de barreiras e custos no sistema de pagamentos".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *"Senhor Presidente, acompanhamos muitas das preocupações dos agentes económicos, designadamente ao nível da falta de transparência relativamente aos custos reais dos cartões de pagamento, às barreiras à entrada no mercado de pagamentos e às comissões de intercâmbios multilaterais. Os dados do Banco Central Europeu apontam para uma enorme desproporção entre os custos dessas operações e os valores cobrados aos beneficiários e consumidores. São necessários, por isso, mais estudos sobre os custos reais dos métodos de pagamento eletrónicos e a falta de transparência no que respeita a esta matéria.*

Posto isto, seria desejável que esta diretiva conferisse a cada cidadão o direito de abrir uma conta com serviços bancários mínimos e gratuitos, tendo em conta as vantagens que isso traz para a sociedade em geral. Pese embora o esforço desta iniciativa legislativa, temos ainda um complexo produto legislativo, onde se pretende avançar numa direção, mas criando ao mesmo tempo condições para contornar a legislação. A não aplicação de qualquer limite às comissões cobradas pelos bancos aos terceiros prestadores de serviços de pagamento é apenas um exemplo."

Ordem do dia 05 a 08 Outubro de 2015

► Segunda-feira, 05 de Outubro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Disposições comuns relativas aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: medidas específicas para a Grécia - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0260/2015)*

O papel das autoridades locais nos países em desenvolvimento no âmbito da cooperação para o desenvolvimento - *Relatório: Eleni Theocharous (A8-0232/2015)*

Legislação hipotecária e instrumentos financeiros de risco na UE: o caso de Espanha - *Pergunta oral (O-000088/2015 - B8-0755/2015)*

Controlos das exportações de produtos de dupla utilização após as revelações do caso Hacking Team - *Perguntas orais (O-000094/2015 - B8-0756/2015) (O-000099/2015 - B8-0759/2015) (O-000102/2015 - B8-0760/2015)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Breve apresentação do seguinte relatório:

A eventual extensão da proteção da proteção proporcionada pelas indicações geográficas da UE aos produtos não agrícolas - *Relatório: Virginie Rozière (A8-0259/2015)*

► Terça-feira, 06 de Outubro

09:00 - 12:20

Conclusões do Conselho Europeu informal de 23 de setembro de 2015 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

A situação humanitária dos refugiados na UE e nos países vizinhos - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

A Convenção sobre o trabalho forçado da OIT: cooperação judiciária em matéria penal - *Recomendação: Helga Stevens (A8-0226/2015)*

Medidas de controlo aplicáveis à 4-metilamfetamina - *Relatório: Michał Boni (A8-0265/2015) 3*

Medidas de controlo aplicáveis ao 5-(2-aminopropil)indole - *Relatório: Teresa Jiménez-Becerril Barrio (A8-0263/2015)*

Medidas de controlo aplicáveis às substâncias 25I-NBOMe, AH-7921, MDPV e metoxetamina - *Relatório: Teresa Jiménez-Becerril Barrio (A8-0264/2015)*

Medidas de controlo aplicáveis às substâncias 4,4'-DMAR e MT-45 - *Relatório: Michał Boni (A8-0262/2015)*

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: catástrofes na Bulgária e na Grécia em 2015 - *Relatório: Andrey Novakov (A8-0253/2015)*

A eventual extensão da proteção da proteção proporcionada pelas indicações geográficas da UE aos produtos não agrícolas - *Relatório: Virginie Rozière (A8-0259/2015)*

Disposições comuns relativas aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: medidas específicas para a Grécia - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0260/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2015/002 DE/Adam Opel - *Relatório: Jens Geier (A8-0273/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2015/003 BE/Ford Genk - *Relatório: Paul Rübig (A8-0272/2015)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2015/004 IT/Alitalia - *Relatório: Monika Vana (A8-0274/2015)*

O papel das autoridades locais nos países em desenvolvimento no âmbito da cooperação para o desenvolvimento - *Relatório: Eleni Theocharous (A8-0232/2015) 5*

15:00 - 23:00

Medição das emissões no setor automóvel - *Pergunta oral (O-000113/2015 - B8-0764/2015)*
Situação na Líbia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
A pena de morte - *Pergunta oral (O-000103/2015 - B8-0761/2015)*
Processo europeu para ações de pequeno montante e procedimento europeu de injunção de pagamento - *Relatório: Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A8-0140/2015)*
Limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes - *Relatório: Andrzej Grzyb (A8-0160/2015)*
Caseínas e caseinatos destinados à alimentação humana - *Relatório: Giovanni La Via (A8-0042/2015)*

► **Quarta-feira, 07 de Outubro**

08:30 - 11:50

Kunduz, no Afeganistão - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Situação na Síria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Situação na Turquia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

12:00 - 12:30 Sessão solene

Alocação de Sua Majestade o Rei Filipe VI de Espanha

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2017
Protocolo do Acordo Euro-Mediterrânico sobre os princípios gerais que regem a participação da Tunísia em programas da União - *Recomendação: Pier Antonio Panzeri (A8-0254/2015)*
Processo europeu para ações de pequeno montante e procedimento europeu de injunção de pagamento - *Relatório: Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A8-0140/2015)*
Limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes - *Relatório: Andrzej Grzyb (A8-0160/2015)*
Caseínas e caseinatos destinados à alimentação humana - *Relatório: Giovanni La Via (A8-0042/2015)*
Disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União - *Relatório: Ingeborg Gräßle (A8-0049/2015)*

15:00 - 17:00 DEBATE PRIORITÁRIO

Situação atual na União Europeia
Declarações de François Hollande, Presidente da República Francesa, e de Angela Merkel, Chanceler da República Federal da Alemanha

17:00 - 23:00

Decisão adotada sobre o pacote da União de Mercados de Capitais - *Declaração da Comissão*

Serviços de pagamento no mercado interno - *Relatório suplementar: Antonio Tajani (A8-0266/2015)*

Lições extraídas da catástrofe das lamas vermelhas, cinco anos após o acidente na Hungria - *Perguntas orais (O-000096/2015 - B8-0757/2015) (O-000097/2015 - B8-0758/2015)*

Duplicação da capacidade do gasoduto North Stream e impacto na União da Energia e na segurança de aprovisionamento - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Renovação do Plano de Ação da UE sobre a Igualdade de Género e a Emancipação das Mulheres no Âmbito do Desenvolvimento - *Perguntas orais (O-000109/2015 - B8-0762/2015) (O-000110/2015 - B8-0763/2015)*

► **Quinta-feira, 08 de Outubro**

08:30 - 11:50

Igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional - *Relatório: Anna Záborská (A8-0213/2015)*

Implementação do artigo 20.º, n.º 2, da Diretiva Serviços e do artigo 8.º, n.º 3, da Diretiva Direitos do Consumidor - *Pergunta oral (O-000083/2015 - B8-0754/2015)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - *Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)*

República Centro-Africana

Situação na Tailândia

Deslocação em larga escala de crianças, na Nigéria, em resultado dos ataques do grupo Boko Haram

O caso de Ali Mohammed al-Nimr

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Serviços de pagamento no mercado interno - *Relatório suplementar: Antonio Tajani (A8-0266/2015)*

Legislação hipotecária e instrumentos financeiros de risco na UE: o caso de Espanha - *Propostas de resolução*

A pena de morte - *Propostas de resolução*

Lições extraídas da catástrofe das lamas vermelhas, cinco anos após o acidente na Hungria - *Propostas de resolução*

Renovação do Plano de Ação da UE sobre a Igualdade de Género e a Emancipação das Mulheres no Âmbito do Desenvolvimento - *Propostas de resolução*

Igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional - *Relatório: Anna Záborská (A8-0213/2015)*